

Guia Politicamente Incorreto: a direita em disputa pelo passado

José Alexandre da Silva

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Paraná, Brasil

Recebido em: 15 maio 2024

Aprovado em: 31 ago. 2024

Publicado em: 31 dez. 2024

Resumo

O objeto do presente artigo é analisar o episódio “Ditadura à brasileira” do “Guia Politicamente Incorreto” produzido pelo canal de televisão Discovery Brasil, braço do Discovery Channel pertencente ao Grupo Disney. As questões centrais que motivam a análise são: como a Ditadura Militar (1964-1965) é representada no episódio da série em questão e quais as implicações dessa representação para a conjuntura política, econômica e social de 2017. Para tanto, procuramos investigar qual a opção estética empregada na produção do audiovisual, qual a conjuntura em que a produção foi veiculada, quais as afiliações ideológicas do material. As conclusões se encaminham na direção a qual o material aborda a ditadura de maneira ambígua, aceitando o caráter ditatorial e desumano do regime de 1964, mas relativizando suas conclusões com argumentos de que a ditadura teve elementos positivos, dos quais o principal foi afastar a ameaça comunista. Tais argumentos operaram também no sentido de legitimar o programa político “Uma Ponte para o futuro” implementado no governo Michel Temer.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Revisionismo. História Política. História do Tempo Presente.

* Doutorando em História Política pela Universidade Estadual de Maringá; Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: sjosealexandre49@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0913-4534>

 <http://lattes.cnpq.br/7850761836197918>

Politically Incorrect Guide: the right-wing in dispute over the past

José Alexandre da Silva

State University of Maringa
Maringa, Parana, Brazil

Received: 15th May 2024

Approved: 31st Aug. 2024

Published: 31st Dec. 2024

Abstract

The purpose of this article is to analyze the episode “Brazilian Dictatorship” of the “Politically Incorrect Guide” produced by the television channel Discovery Brasil, an arm of the Discovery Channel belonging to the Disney Group. The central questions that motivate the analysis are: how the Military Dictatorship (1964-1965) is represented in the episode of the series in question and what are the implications of this representation for the political, economic and social situation of 2017. To this end, we seek to investigate what the aesthetic option used in the audiovisual production, what was the situation in which the production was broadcast, what were the ideological affiliations of the material. The conclusions go in the direction in which the material approaches the dictatorship in an ambiguous way, accepting the dictatorial and inhumane character of the 1964 regime, but relativizing its conclusions with arguments that the dictatorship had positive elements, the main of which was to remove the threat communist. Such arguments also operated to legitimize the political program “A Bridge to the future” implemented by the Michel Temer government.

Keywords: Military Dictatorship. Revisionism. Political History. History of Present Time.

* PhD candidate at the State University of Maringa; MA in Teaching of History from the State University of Ponta Grossa; BA in History from the State University of Parana. Email: sjosealexandre49@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0913-4534>  <http://lattes.cnpq.br/7850761836197918>

Introdução

A série televisiva *Guia Politicamente Incorreto* foi veiculada em 2017, oito anos após o lançamento do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de autoria do jornalista Leandro Narloch (2009), que também participou da produção da série. Em divulgação, por ocasião do lançamento, consta que “o canal *History* exibirá a série que serve como uma *extensão* da obra, o ‘Guia Politicamente Incorreto’” (Castanhari; Narloch, 2017. Grifo nosso). Narloch já era conhecido nos meios de comunicação pela atuação como colunista na revista semanal *Veja* e como editor da revista *Aventuras na História*, ambas do grupo Abril. Sua atuação na primeira década do século XX pode ser pensada como um vetor que veio a se acoplar a outros agentes políticos cuja ação se fez mais visível na década seguinte, principalmente a partir de 2013. Nesse período, os rumos da política nacional se direcionaram para o estado de coisas que desembocaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e na vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Desde a primeira década do século XXI, encontramos investimentos da imprensa liberal na direção de interferir em setores que veiculavam ideias as quais poderiam estar no espectro ideológico inverso ao seu. Lembramos especificamente do episódio em que o jornalista do grupo Globo, Ali Kamel, com o texto “O que estão ensinando às nossas crianças?” (2007), atacou a coleção de livros didáticos de história *Nova História Crítica*, de autoria de Mário Schmidt (1999). A coleção em questão foi recordista de vendas, transformando seu autor em um dos escritores que vendeu mais livros no período. Considerando que a obra fazia parte, desde 1999, do edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o que significa que a mesma havia sido aprovada por uma comissão de avaliadores, historiadores profissionais, escolhidos pelo Ministério da Educação (MEC). O horizonte teórico da coleção era de base marxista privilegiando a noção de luta de classes com uma linguagem e um visual que agradou muito a professores e a alunos. O ataque reacionário de Kamel também foi reverberado por outros veículos, *Veja* e *Estadão*, e pode ter dado a tonalidade de como vários temas, como história do comunismo e ditaduras latinoamericanas, poderiam ser abordados em futuros livros de história daquele momento em diante.

É importante lembrar que se trata do mesmo período em que se iniciaram as discussões sobre políticas de reparação e a implementação dos sistemas de cotas para negros como critério de admissão nas universidades, as pioneiras foram a UERJ e a UnB, sendo implementada em 2012 com a Lei n.º 12.711. Naquela conjuntura, o *Guia* de Narloch pode ser interpretado, caso Venâncio (2023) esteja certo, como uma tentativa de deslegitimar toda e qualquer minoria com motivos históricos para exigir reparação, como é o caso de negros e indígenas. Embora o livro de Narloch também tenha atacado símbolos da cultura nacional, que se consolidaram no período republicano, como é o caso do avião Santos Dumont, fez um ataque contumaz aos “comunistas”. Estes funcionam como uma espécie de alvo permanente

dos conservadores, como demonstrou Sá Motta (2000), e dentro da continuidade desse ataque fez menções esparsas à Ditadura Militar, responsabilizando os “comunistas” pelo endurecimento do regime. No caso do audiovisual de 2017, o tema da Ditadura Militar mereceu um capítulo especial da série, o qual analisaremos abaixo levando em conta o nosso tempo presente. O período em que a série *Guia Politicamente Incorreto* foi exibida já mostrava uma direita em ascensão, contando com grande impulsionamento de alguns núcleos de ideias conservadoras na imprensa e em redes sociais. Figuras como Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé e Marco Antônio Villa.

Um período conturbado

Esse período que antecede a veiculação do *Guia* recebeu uma análise, de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018), à qual acreditamos ainda ser apropriada para os objetivos do presente texto. As eleições presidenciais ocorridas entre 1994 e 2014 haviam sido vencidas pelos principais partidos políticos do período pós-ditadura, PSDB e PT. Foi um período de percepção de avanços sociais e conquistas de direitos por minorias, mas na visão das autoras “uma mudança vertiginosa sucedeu, a qualidade da nossa democracia foi posta em dúvida, os procedimentos democráticos entraram em crise” (Schwarcz; Starling, 2018, s./p.). Na tentativa de explicar esse algo errado, as autoras retrocedem à análise de alguns fatos desde 2012.

Neste ano, a presidente Dilma anunciou algumas medidas na televisão: redução de juros reais e elevação de crédito nos bancos públicos aos consumidores; redução da conta de energia elétrica também aos consumidores; concessões de rodovias, ferrovias e aeroportos, à iniciativa privada, visando incrementar a logística e a infraestrutura do país. As medidas estavam dentro do que foi chamado de “Nova Matriz Econômica”. Uma amostra da reação da imprensa, dada por Pessôa (2015) foi um questionamento de como o PT como partido social democrata implementou uma política que visava “tornar o setor público o principal protagonista no processo de desenvolvimento do país”. Se tratava de um programa “intervencionista” demais para os economistas com lugar cativo na imprensa liberal conservadora. Entretanto, os resultados dessa política não foram positivos, considerando que o Brasil enfrentou os resultados da segunda fase da crise financeira e a desaceleração da economia chinesa. As médias da presidência bateram de frente com o setor financeiro e as isenções tributárias não trouxeram resultados em termos de estimular o crescimento econômico (Schwarcz; Starling, 2018, s./p.). Essa análise também é confluyente com Singer (2018).

Com a economia em queda, o país entrou em recessão e após a apertada vitória em 2014, contra Aécio Neves, na sua reeleição, Dilma Rousseff se viu obrigada a adotar uma política de aumento de juros, que chegaram a bater a taxa anual de 14,25%. Os protestos, que já ocorriam desde 2013, tinham no início uma agenda que perpassava elementos como altos salários de jogadores de futebol, baixos salários de professores, críticas à corrupção dos

políticos, ausência de políticas para infraestrutura e a realização de reformas educacionais. No mês de junho chegaram a doze capitais brasileiras, em cerca de 470 manifestações. No dia 13 de junho a polícia paulista chegou a ferir 128 manifestantes, o que fez no dia 17 de junho eclodir na Avenida Paulista uma manifestação com cerca de 65 mil pessoas (Schwarcz; Starling, 2018, s./p.).

Se nas manifestações de 2013 já se percebia ativismo individualista, intransigência e rechaço ao diálogo, “o país [...] literalmente rachou no decorrer de 2015 e 2016” (*Idem*). O governo Dilma se tornou o principal alvo dos protestos e a corrupção tomou o centro das atenções. Setores conservadores, que pediam o retorno dos militares ao poder e recuo de direitos civis, ganharam a adesão de um centro mais moderado e catalisaram suas críticas contra os políticos, em geral, de maneira muito forte. As manifestações de esquerda se separaram e deu-se início a uma “polarização” política com grupos de esquerda defendendo o governo federal e manifestantes de verde e amarelo exigindo o Impeachment de Dilma Rousseff (*Idem*).

Outro elemento importante a se levar em conta naquela conjuntura é a Operação Lava Jato, que ficou sob a responsabilidade da 2ª Vara da Justiça Federal, comandada por Sérgio Moro. Através das delações premiadas, a operação chegou aos meandros da corrupção em torno da Petrobrás, “um bilionário esquema de corrupção na Petrobras que envolvia um punhado de altos funcionários da estatal, as dezesseis maiores empreiteiras do país organizadas em cartel e os principais partidos políticos brasileiros — PMDB, PP, PSD, PSDB, PT” (*Idem*). O esquema foi descoberto através dos interrogatórios dos doleiros Alberto Youssef, Carlos Habib Chater e Nelma Kodama. Nos seus depoimentos ficou revelado que os partidos da base do governo dividiam o controle de diretorias da Petrobras num esquema de lavagem e distribuição de dinheiro. Isso no mesmo ano da eleição presidencial de 2014 (*Idem*).

Em 2018, ano de escrita do texto citado, não havia chegado ao público o escândalo da Vaza Jato, quando o *hacker* Walter Delgatti Neto vazou para a imprensa as mensagens trocadas entre o então juiz Sérgio Moro e os procuradores. O conteúdo das mensagens foi explorado em reportagens do *The Intercept Brasil*, do jornal *El País* e dos demais veículos de imprensa brasileira. Maria Augusta Ramos também explorou os detalhes da investigação no seu documentário *Amigo Secreto* (2021)

Nas eleições de 2014, “Dilma Rousseff conquistou a reeleição: 54.501.118 votos (51,64%) contra 51.041.155 (48,36%) votos obtidos por Aécio Neves”. Aécio Neves e o PSDB puseram o processo eleitoral em dúvida, o que não havia acontecido desde o fim da Ditadura, em 1985, até aquele momento. Depois da vitória, porém, a presidente retrocedeu em pontos que havia reputado em campanha como intocáveis:

Começou o governo executando um giro no roteiro econômico aprovado nas urnas para o seu segundo mandato: descartou a agenda “desenvolvimentista” com a qual se elegera, incluiu na mira das decisões econômicas mudanças no seguro-desemprego, pensões por morte e abono salarial, e adotou um projeto

anti-intervencionista e ortodoxo, na prática muito próximo do programa de seu adversário (Schwarcz; Starling, 2018, s./p.).

Na visão das autoras, as medidas econômicas do governo levaram a uma desestabilização de sua base de apoio e, por conseguinte, fortalecimento da “coalizão oposicionista” (representada principalmente por Eduardo Cunha, presidente da Câmara, Michel Temer, vice-presidente, e o candidato derrotado Aécio Neves, presidente do PSDB) e composta por “empresários, industriais, banqueiros, parlamentares, jornalistas, juízes, setores das classes médias urbanas” que pretendia vetar a vitória das urnas. Além da quantidade de crises que se abateram sobre o governo em um ano e meio do segundo mandato: os índices econômicos eram muito ruins; pululavam denúncias de corrupção de Curitiba; aumento da intolerância dos protestos de rua; boicote do Congresso Nacional; participação do vice em conspirações; rompimento da barragem de Fundão, em Mariana; e, surtos de dengue e zika vírus. Criou-se, então, um estado de ânimo que vinculava a ingovernabilidade à personalidade da presidente, ladeado pelo argumento das “pedaladas fiscais”, as quais tecnicamente se tratavam de “postergação pela União de um pagamento de um mês para outro ou de um ano para outro que permitiu ao tesouro [a] engorda [do] caixa [e] inflar artificialmente o *superávit primário*” (*Idem*).

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de impeachment em dezembro de 2015 e o pedido de afastamento da presidente foi aceito pela Câmara em 2016, com a confirmação do impeachment pelo Senado em agosto de 2016. Michel Temer, o vice conspirador, terminou o mandato, implementando o programa *Ponte para o Futuro* e com um ministério envolto numa série abissal de escândalos. Essa é, resumidamente, a conjuntura referente ao lançamento do *Guia*, um processo que ainda ganharia um desdobramento crucial nas eleições de 2018.

A crítica do *Guia Politicamente Incorreto*

O episódio do *Guia* já havia sido abordado com perspectivas diversas. Thaís Ogassawara e Viviane Borges chamaram atenção para o empobrecimento da linguagem, elemento estruturante do programa, lembrando que o jornalista Lira Neto (2017) informou que o produtor que o entrevistou pediu que imaginasse estar falando com um tipo “Homer Simpson”, personagem do cartunista Matt Groening. Uma simplificação compatível com distorções e falsificações em detrimento de informações sérias.

Lançar mão de uma linguagem simplista presumindo certa imbecilidade do público é não só uma atitude arrogante: favorece abordagens superficiais e abre brechas para um polemismo improdutivo, implicando o empobrecimento do debate público. [e também que], há diferenças sensíveis

entre a simplificação didática da linguagem e a distorção de fatos para privilegiar argumentos frágeis e até falsos. A série e o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* caminham pela última trilha (Ogassawara; Borges, 2019, p. 54).

Elis Saraiva Santana e Lívia Diana Rocha Magalhães (2021) chamam atenção, nesse episódio do *Guia*, para a questão da memória conservadora que já estava em plena ascensão no período, conforme havia observado Rodrigo Patto Sá Motta (2013). Aqueles que nutriam saudosismo do regime de 64 ganharam espaço para expressar e reverberar essa memória conservadora sem compromisso com a verdade dos fatos. Verdade esta, aferida com base nos procedimentos metodológicos que fazem parte do métier de historiadores e outros cientistas sociais. Considerando-se ainda, conforme Gagnebin (2016 [2009]), que a memória está ligada ao presente, esta memória conservadora está intimamente ligada com a violência do presente. Vejamos:

os adeptos da ditadura militar de 1964 se utilizam de memórias individuais, a partir de suas coletividades próximas e comuns, buscando, nesses quadros sociais, ancoragem para legitimar os vídeos e para apoiar interpretações de uma história revisionista de caráter ideológico sobre a ditadura. Interpretações, estas, cristalizadas, de caráter particularista, partidarista e que não estão interessadas, necessariamente, na construção da história como objeto historiográfico. Portanto, sem preocupação com debates e problemas de índole teórico-epistemológica, nem com as fronteiras e consequências das violências políticas desse passado em sua dialética com o presente (Saraiva Santana; Magalhães, 2021, p. 324-325).

Por seu turno, Sônia Meneses também chama atenção para a dubiedade das memórias que emergiram, que se pretendem democráticas por destoar de um *mainstream*, mas que trazem sem seu bojo a negação dos fatos.

tomei como exemplo de conteúdo negado o caso da ditadura militar brasileira, objeto de intensas disputas em nossa sociedade. Problematizei a compreensão de que assistimos, ao longo dos anos, a uma disputa de memórias divergentes sobre o episódio, sugerindo que, mais do que o jogo de memórias divergentes, deixamos prosperar posicionamentos negacionistas (Meneses, 2021, p. 83).

O diferencial da produção da *Discovery Channel* é que a utilização do revisionismo ideológico nas disputas de memória sobre o tema da Ditadura Militar (1964-1985) vem acoplado a elementos que receberam menos atenção nas análises realizadas até então. Trata-

se do que foi apontado por Saraiva e Magalhães a respeito da relação dialética entre “o passado e o presente”, nesse caso a violência policial, o que tentaremos apontar no decorrer do presente texto. Porém, não antes caracterizar a linguagem utilizada no material.

A estética do *Guia Politicamente Incorreto* (2017)

O *Guia Politicamente Incorreto* (2017) apresenta em sua instância narrativa os seguintes elementos:

- O narrador que aparece na tela, Felipe Castanhari, um *youtuber* conhecido do público jovem e com uma linguagem bastante despojada (O caso de Castanhari também se tornou polêmico, uma vez que afirma ter sido associado à produção do material quando foi apenas o apresentador. O *youtuber* alega ter solicitado detalhes referentes ao conteúdo do trabalho, no que não foi atendido pela *History*, e que durante as gravações se recusou a fazer algumas falas não aprovadas pelo “meu historiador”.¹ Talvez, uma tentativa de se eximir publicamente da responsabilidade de ter participado do projeto).
- Voz *off* ou “voz de Deus”, utilizada em situações graves ou trágicas nas quais não caberia bem a informalidade e o despojamento de Castanhari;
- Uso de dramatização, utilização de atores (recurso ainda que utilizado uma vez apenas, o foi para demarcar um posicionamento chave do material, “quem aderiu à luta armada não defendia a democracia”);
- Animações de computação gráfica;
- Utilização de imagens de arquivo;
- Número significativo de entrevistados com matizes ideológicos diferentes (variedade essa que devido à montagem não interferiu no revisionismo ideológico do qual o material acaba por incorrer).
- Letreiros: letras garrafais utilizadas para reforçar algumas falas de Castanhari ou dos entrevistados. O reforço acontece quando são evocadas pedras de toque do audiovisual (o risco iminente do comunismo, que justifica o golpe pelos militares; a condenação dos movimentos de guerrilha, cuja violência levaram ao fechamento do regime militar com o AI-5; aspectos positivos do milagre econômico que são nada menos que políticas implementadas pelo regime militar com o viés da modernização conservadora).

Castanhari aparece em cenários modernos e seu uso descontraído de gírias sugere que a intenção é a de atingir um público jovem. Nas dramatizações a fotografia acrescenta efeitos com intenção de ridicularizar os segmentos revolucionários. Um casal de guerrilheiros caracterizados e interpretados com uma proposital canastrice é ridicularizada até mesmo pelos atores ao final da cena. Tal ridicularização foi utilizada como recurso para rebater a tese

de que os guerrilheiros da década de 1970 lutaram pela democracia, bem como letreiros garrafais utilizados como reforço de frases de efeito, como mostra o fotograma da Figura 2.

As animações trazem pequenas narrativas de vítimas da Ditadura, o deputado Rubens Paiva, Vladimir Herzog e Stuart Angel, com objetivo de condenar a truculência da linha dura. Trazem também as histórias de Charles Sandler, do Major Stenhagen, Orlando Lovecchio, os dois primeiros vítimas de guerrilheiros e o terceiro, que também é entrevistado, perdeu uma perna num atentado em um atentado a bomba. As imagens de arquivo são mais utilizadas para ilustrar a pobreza no país, elemento não superado até hoje. Sobre as entrevistas, é necessário frisar a polêmica registrada no jornal *O Globo*. Em toda a série, a produtora Estúdio Fly entrevistou cerca de 60 historiadores, entretanto parece não ter esclarecido, ao menos para alguns, o título do programa. O primeiro a repercutir em suas redes foi, o biógrafo de Getúlio Vargas, Lira Neto, que também descreveu o procedimento do entrevistador que: “lhe pediu que respondesse às questões ‘como se, do outro lado da lente, sentado na poltrona, estivesse o Homer Simpson”. Também revelou o mais inusitado: “Ninguém me informou antes, durante ou logo após a entrevista qual era a inspiração do programa”. Declarações semelhantes também foram dadas por Laurentino Gomes e Lilia Schwarcz.²

- 1 Castanhari e o Guia Politicamente Incorreto. Canal Quero cortes. *YouTube* (Site). Publicado em: 31 ago. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/1kMIhNRjY2Q?si=QgRfkyUhybYBnnpe>. Acesso em 13 nov. 2024.
- 2 Historiadores acusam o canal History de incluir entrevistas em programa sem seu consentimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 2017.

Figura 1 – Ditadura à brasileira



Fonte: Ditadura à brasileira (History Channel)

Figura 2 – Ditadura à brasileira



Fonte: Ditadura à brasileira (History Channel).

As entrevistas

Entre os que não viram problemas em ter o nome ligado ao programa temos: o filósofo Luiz Felipe Pondé, o músico Lobão, o historiador Marco Antonio Villa, o jornalista Leandro Narloch (autor de *best-seller* fonte de inspiração e também integrante da equipe de produção da série), o jornalista Ricardo Boechat, o jornalista Eduardo Bueno, o cineasta Jorge Furtado, o historiador Sergius Gonzaga, o cientista político Luiz Eduardo Soares, o jornalista Ivo Herzog, o militar Orlando Lovecchio, o chargista Carlos Latuff, o economista Maílson da Nóbrega, o economista Eduardo Gianetti da Fonseca (apoiador de Marina Silva nas eleições de 2014, teria sido seu Ministro da Fazenda em caso de vitória da candidata), o jornalista e escritor Jorge Caldeira (atual membro da Academia Brasileira de Letras – ABL) e o jornalista Pedro Dória. Conforme a estética do material, os depoentes acima falam muito, mas não necessariamente seus pontos de vista são explicitados. Ou o são, apenas, na medida em que não afetem a visão geral do programa, que se trata da mesma concepção de mundo do autor do livro no qual toda a série é inspirada, Narloch. Antes de nos detalharmos melhor sobre qual é esta concepção de mundo, é importante procedermos com uma caracterização dos entrevistados, os quais preferimos classificar não apenas por seus posicionamentos ideológicos, mas também por sua inserção na sociedade.

Pondé, Lobão e Narloch constituem um núcleo mais extremado das ideias de direita em geral não corroboradas pela historiografia. As suas falas vão no sentido de afirmar que “havia ameaça comunista antes de 1964”, “A sociedade estava anárquica, faltavam víveres”, formulações do músico Lobão, que no período de produção do material era muito ligado ao guru do bolsonarismo Olavo de Carvalho (1947-2022), um dos vetores da direita no período. Luiz Felipe Pondé, colunista na *Folha de São Paulo*, afirma que “a esquerda mente por que nunca defendeu a democracia e a maioria dos professores de história também mentem por que são de esquerda”. Já Leandro Narloch, caracteriza a ditadura brasileira como “mequetrefe”, quando comparada aos “grandes regimes totalitários”. Uma das tônicas do material é avaliar o regime militar brasileiro tendo como parâmetro o número de vítimas em relação à Argentina e ao Paraguai. Por esse viés, uma grande tragédia teria ocorrido se, ao invés de uma ditadura militar, o Brasil tivesse sofrido uma ditadura socialista. Outro elemento em sua fala é a relativização de que o milagre econômico foi excludente, uma vez que “o crescimento econômico melhorou a vida de todos”.

O sentido geral da argumentação desse grupo de entrevistados é de que o país sofria risco real de dominação comunista e que os grupos que aderiram à resistência armada não eram democráticos. Também de que os que fizeram oposição à ditadura (políticos, artistas e intelectuais), sofreram censura e foram enviados para o exílio, apenas ganharam com isso. Pois foram transformados em ícones e chegaram a posições de poder na sua fase adulta. Esse mesmo grupo teve facilidade em difundir suas ideias por ter controle sobre a imprensa, as universidades e, agora, as escolas. O alto crescimento econômico gerado pelas obras de infraestrutura, mediante empréstimos externos, beneficiou a todos em detrimento do

argumento o qual no período houve enorme concentração de renda. E por fim, a ditadura brasileira foi uma ditadura, mas matou pouca gente em relação às ditaduras dos países vizinhos e aos grandes regimes totalitários.

Uma direita mais tradicional também se fez representar no episódio. Eduardo Giannetti afirmou que a Ditadura investiu demasiadamente no “capital físico”, uma crítica ao teor desenvolvimentista da política econômica dos governos militares, e esqueceu do investimento em “capital humano”, o que gerou o acirramento dos problemas sociais que aumentaram uma geração após a outra. Marco Antônio Villa sempre teve uma ampla inserção em veículos de mídia como comentarista político, e suas intervenções sempre foram pautadas por antipetismo e antilulismo. Neste *Guia* defendeu sua proposição de periodização da ditadura. Para este historiador, esta nomenclatura só pode ser aplicada entre 1968, com a instituição do AI-5, e 1974, com o processo de distensionamento iniciado no governo Geisel. Também enfatizou a conquista para os trabalhadores do FGTS em plena ditadura e relativizou o polêmico editorial da *Folha de São Paulo* em 2009 que caracterizou a ditadura brasileira como “ditabranda”³ – interpretado na época como uma peça com o objetivo de amenizar a crueza da ditadura brasileira com o termo ditabranda, se acopla muito bem aos objetivos do *Guia*, operando nos termos de uma deturpação do conceito de ditadura). Maílson da Nóbrega, por seu turno, enalteceu feitos do governo Castelo Branco, que ao período eram considerados muito modernos, como a implementação de tributação por consumo, porém afirma que hoje o sistema tributário brasileiro é arcaico uma vez que não foi realizado com uma discussão democrática da sociedade. O economista desconsidera o fato de a tributação por consumo ser um elemento excessivamente conservador e que talvez não fosse instituído num ambiente político democrático. Esta modalidade de cobrança penaliza excessivamente os mais pobres de maneira a tornar nosso sistema tributário extremamente regressivo.

A argumentação desse grupo de entrevistados opera no sentido de reafirmar o caráter modernizante do regime militar, que implementou medidas às quais a sociedade reivindicava no período. Argumento que não deixa de fazer sentido, na medida em que o programa de governo João Goulart eram as Reformas de Base, que Jango não conseguiu condições políticas para realizar. Essa linha de argumentação também se acopla muito bem à outra, segundo a qual o grande erro dos militares foi o investimento excessivo em “capital físico” e abandono do “capital humano”, trazido por Giannetti, e esse excesso acarretaria a herança da inflação dos preços, terror da década de 1980, pela realização de investimento excessivo no rumo “oposto ao da globalização”, argumento de Jorge Caldeira. Os argumentos acabam convergindo para o sentido mais amplo de que o Estado não deve interferir na economia. Isso é considerado como erro dos governos militares e também dos governos petistas, mais especificamente com Dilma. A linha de continuidade destas políticas econômicas também viria

3 Limites a Chávez. *Folha de São Paulo*, 17 fev. 2009, p. A02.

a ser observada por André Singer (2018, s./p.) ao afirmar que alguma pesquisa futura deveria comparar o primeiro mandato de Dilma com o do general Ernesto Geisel (1974-1978) – último período de nítido ativismo estatal no longo ciclo que vinha de 1930 e terminou em 1980 – para identificar eventuais semelhanças Singer. A linha de argumentação é reconhecer alguns “erros” da ditadura, principalmente se estes mesmos contrariarem os princípios neoliberais que a política dos tucanos tentou implementar e dos quais a política dos governos petistas não conseguiu se distanciar o bastante.

Outra parcela dos entrevistados pode ser alinhada à esquerda. Não necessariamente por adesão, mas pelo sentido que suas falas mobilizaram na estrutura do material. O jornalista Pedro Dória não hesitou em afirmar que a Ditadura brasileira foi muito pesada. O chargista Carlos Latuff chamou atenção para o fato de que a democracia não funciona para as parcelas da população que não podem comprar sua segurança com cartão de crédito. O cientista político Luiz Eduardo Soares, por seu turno, ex-secretário nacional de Segurança Pública, toca em questões nevrálgicas sobre a criminalidade no país, afirma que “a ditadura não inventou a tortura, mas a qualificou”. Por fim, a participação do jornalista Ivo Herzog acaba demarcando o episódio mais degradante, talvez da série toda. Sendo filho de Vladimir Herzog, uma vítima da ditadura, ouve a pergunta se a ditadura brasileira pode ser considerada uma “ditabranda”. Herzog e Latuff trazem também a questão da Lei de Anistia, Lei n.º 6.683 de agosto de 1979, que viria a ser regulamentada pelo Decreto n.º 84.143, que veio anistiar a todos, inclusive os agentes do terror estatal, fazendo do estado brasileiro omissos em relação a tratados internacionais dos quais o país é signatário. O jornalista Ricardo Boechat também marca sua presença, pontuando que a polêmica do editorial da *Folha de São Paulo*, relativizando a violência da ditadura militar brasileira, não passou de um gracejo do editorialista. Também afirmou não se importar se no país existe um número grande ou pequeno de empresas públicas desde que cumpram sua função de prestar o serviço para o qual existe.

A função desse grupo de entrevistados é fornecer um contraponto, principalmente, às ideias defendidas no primeiro grupo. Os trechos utilizados de suas falas seguem pelo caminho de constatar e criticar o que é inegável do terror de Estado praticado pelos governos da ditadura e sobre os efeitos nefastos que o período legou à sociedade brasileira. Como o *modus operandi* das polícias militarizadas que faz um número monumental de vítimas das quais a maioria é composta por negros e pobres moradores das favelas. Existe uma constatação desses problemas e alguns não chegam a ser negados nem pelo primeiro núcleo de entrevistados da direita, como os casos de sequestro e desaparecimento de pessoas.

Existe ainda um núcleo cuja presença no audiovisual é bastante diminuta, apesar de suas falas complementarem as demais: sua ausência não seria notada. Jorge Furtado (cineasta), Sergius Gonzaga (professor de literatura) e Orlando Lovecchio (militar). Lovecchio perdeu a perna num atentado da Vanguarda Popular Revolucionária em março de 1968. Sua participação se restringe a uma fala com objetivo bem delimitado de caracterizar as esquerdas como sangrentas, argumento utilizado com frequência para justificar e relativizar o terror de Estado. A fala vai ao encontro da argumentação do historiador Marco Antônio Villa, que afirma

ter ocorrido uma espécie de “acordo tácito” entre guerrilheiros e as forças de repressão. Nessa concepção, uma violência justifica a outra. Já no caso de Furtado, aproveita-se a frase: “nenhuma ideologia dá conta da realidade”. Dita de forma isolada não passaria de um truísmo, mas nesse contexto narrativo funciona como um reforço da ideia de isenção do material. O jornalista Eduardo Bueno teve mantida apenas uma matização em relação ao regime corrupto de Fulgêncio Batista e a Fidel Castro e seu grupo, se posicionando ao lado dos revolucionários naquela conjuntura.

Com os quatro grupos de entrevistados, a estratégia de argumentação do material é reconhecer algumas verdades inegáveis do ponto de vista testemunhal e de provas (os sequestros, a tortura e as mortes) e relativizar o que for possível (as razões para os militares terem dado o golpe, a ameaça de o país ser tomado por comunistas, realça-se a violência da luta armada e o quão mais terrível teria sido uma ditadura comunista). Nesse tipo de relativização, mais sofisticada, os militares também cometeram erros, dos quais os principais são terem tornado o estado gigante e terem implementado um modelo de desenvolvimento contrário à globalização. Modelo de estado, aliás, que os governos petistas replicaram, continuando o erro dos militares. A questão chave é que, devido à edição, o teor das falas dos entrevistados, posicionados em lados opostos do espectro ideológico, é montado para convergir na direção de corroborar a perspectiva do livro que originou a série.

Assim, a política econômica intervencionista implementada pelos militares, e continuada nos governos petistas, foi responsável por uma grave inflação dos preços e por um Estado gigante. A Ditadura Militar cometeu abusos, mas impediu que os comunistas chegassem ao poder, o que teria sido necessariamente uma ditadura muito mais sangrenta. A militarização das polícias, nessa visão, pode até ser reconhecida como herança da ditadura no combate ao inimigo interno do período da Guerra Fria, os comunistas que aderiram à luta armada. Cabe inclusive o reconhecimento de que, no período da Nova República, os pobres, quer sejam negros, brancos ou mestiços, moradores das favelas, possam ter sido convertidos num novo inimigo interno, a serem controlados por violência policial e encarceramento em massa. Mas não cabe uma perspectiva econômica que não seja ultraliberal e nem a relação entre a política de segurança da ditadura e o crime organizado, como veremos mais adiante.

O recurso da edição, utilizado de forma excessiva, traz um problema ético, o de recortar trechos das entrevistas que sirvam apenas aos interesses dos realizadores ou produtores, ignorando o conjunto do pensamento do entrevistado. Documentaristas como Maria Augusta Ramos (2018) e Eduardo Escorel (2009) consideram a questão da ética como elemento central em seus respectivos trabalhos.

Uso abusivo de entrevistas

Um elemento preponderante no *Guia* é o número excessivo de entrevistados. É bastante notório nesse episódio que se pode aplicar o que diz Jean Claude Bernardet (2003,

p. 24-25) criticando essa tendência no documentário de então:

Além de privilegiar exageradamente o nível do verbal, a hegemonia da entrevista me parece provocar algumas limitações ao trabalho do documentarista. Uma delas é que, concentrado sobre o verbal, o cineasta deixa de focalizar outros aspectos, o que pode se explicar por facilidade de produção. É de fato [...] econômico produzir entrevistas.

Ao que parece, o conceito da série *Guia* está eivado do recurso jornalístico que em 2003, já era criticado pelo uso excessivo, as entrevistas. Entrevistas estas nas quais os entrevistados foram instados a pressupor um certo grau de idiotia em relação ao espectador, conforme Lira Neto (2017). A observação de Bernardet estava ancorada na ideia de que coletar um depoimento é menos oneroso economicamente do que filmar uma dada realidade que mostrasse com mais propriedade o que qualquer entrevistado pudesse dizer. Nesse episódio da série da *History*, talvez as entrevistas cumpram a função de operar no sentido inverso do que o crítico aponta como o de linguagem mais precisa: o de utilizar o entrevistado como um recurso que confere autoridade ao material, porém se recortando o que este pode ter dito que não se encaixa no enredo geral ditado pela produção. Como um conteúdo ideológico como a afirmação “A maioria dos professores de história mentem por que também são de esquerda”, veiculado no *Guia* por Pondé, poderia ser demonstrado ou ser veiculado num programa senão pelo recurso da entrevista? Talvez seja esse o motivo de o recurso ser criticado no âmbito do documentário profissional, o que parece não ocorrer em produções mais populares.

A questão acima pode ser mais aprofundada pela perspectiva do cineasta Luis Eduardo Scorel (2009), em ocasião na qual afirmou se sentir incomodado em continuar utilizando o recurso de entrevistas:

eu comecei a me sentir constrangido com esse tipo de documentário em que você procura uma pessoa que estudou aquele assunto a vida inteira, ocupa três ou quatro horas da vida dela, ela dá o depoimento da vida dela, e depois, na edição, você utiliza uma frase do que ela disse. Há um elemento de apropriação, de manipulação, nessa forma de documentário que ouve o especialista e usa o trecho da maneira que quiser usar. Isso até cria situações depois, porque a pessoa tem a expectativa de que vai aparecer na tela durante meia hora, aparece cinco segundos e não entende o que aconteceu. Somado a isso, vem uma certa insatisfação com o que aquilo realmente significa. O que quer dizer uma pessoa dizer três frases sobre alguma coisa? Será que isso é necessário?

O posicionamento acima nos permite questionar a opção comercial da empresa *History*

no seguinte sentido: é possível conciliar questões comerciais e de perfil de audiência com questões éticas? Consideramos como questões éticas nesse âmbito as apontadas pela cineasta Maria Augusta Ramos (2018), para a qual em momento algum o cineasta deve se utilizar da imagem de outra pessoa, de um entrevistado para corroborar uma perspectiva ideológica própria. Tal postura é muito fácil de se ignorar, dado o poder da edição, em que determinadas falas podem ser encadeadas na narrativa em contextos exógenos ao de sua elocução. No caso do canal *History* isso parece ser considerado praxe, se tomarmos como indício a reserva dos intelectuais que, ao saber para quem era a entrevista, pediram para serem retirados do programa.

Outro elemento a ser levado em consideração se trata que, dentre todos os entrevistados com manutenções significativas de suas falas, não se encontram historiadores. Mesmo entre aqueles que pediram a retirada de sua participação do programa não temos nenhum estudioso da ditadura militar (1964-1985), considerando que Lira Neto é biógrafo de Getúlio Vargas, Laurentino Gomes tem o foco de seus livros no período colonial e Lilia Schwarcz, historiadora de ofício com formação em antropologia, não é estudiosa da ditadura. Entre os entrevistados do programa, apenas um é realizador de algum estudo sobre a ditadura militar, Marco Antônio Villa com seu livro, *Ditadura à brasileira: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita* (2014), lançado pela mesma editora de Narloch.

Mais memória que história

O título do livro de Villa já é ilustrativo de sua tese: a democracia foi golpeada à esquerda e à direita com a “radicalização dos atores”. Conforme seu argumento, João Goulart era um presidente inepto, a direita e a esquerda estavam mobilizadas com protestos de rua e havia sinais de movimentos de guerrilha financiados por outros países. Isso levou à retirada de Goulart do poder pelos militares (*Idem*). O regime militar não se constituiu inicialmente enquanto ditadura, uma vez que o congresso permaneceu funcionando até 1968, com a implantação do AI-5. Tal visão não é endossada por outros estudiosos do tema. Utilizando o termo de Napolitano (2015), se trata de uma “versão tupiniquim” para a “teoria dos dois demônios”, definida por Bauer (2024) como uma elaboração criada para interpretar o contexto argentino da transição para a democracia e que teve largo uso em países do Cone Sul. Seu sucesso no âmbito da memória está em responsabilizar o Estado e as guerrilhas de esquerda pela violência dos períodos ditatoriais.

Os entrevistados que agrupamos acima se encaixam na tipificação das memórias da ditadura proposta por Marcos Napolitano (2015). O bloco de entrevistados formado por Narloch, Pondé e Lobão reverbera uma memória que teria sido gerada entre 2003-2014. A hipótese do autor é que o sucesso político e econômico petista até 2010 teria levado o PSDB cada vez mais para alianças à direita. A imprensa liberal também teria engrossado a disputa partidária temendo que o PT restaurasse uma república nacional sindicalista estatista,

implementando uma censura aos meios de comunicação. Nessa conjuntura, a memória hegemônica da ditadura passa a dividir espaço com as memórias difusas da extrema direita, bem representadas nesse episódio da *History Brasil*. Na formulação do historiador:

memórias da extrema-direita: A versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (Napolitano, 2015, p. 35).

A exceção talvez seja o item “a”, na medida em que no episódio em questão se reconheça que houve uma ditadura e que o sequestro, assassinato político de pessoas é algo execrável. A ausência desse elemento não torna o audiovisual menos pernicioso, uma vez que é impossível negar por completo tais elementos da ditadura e ostentar um posicionamento de neutralidade política, como Narloch (2017) afirma que acontece no material, uma vez o terrorismo de estado na ditadura tem comprovação farta pelo menos desde o projeto *Brasil: Nunca Mais*. Os argumentos mais reacionários, a contemplar os itens acima “d” e “e” talvez sejam evocados pelo músico Lobão.

A memória hegemônica também aparece trazendo elementos da terceira fase de memória, conforme a tipologia de Napolitano (2015), gestada entre 1995 e 2004. Essa fase foi a que o estado brasileiro tentou reconciliar a sociedade com as leis de memória da década de 1990, como a Lei nº 9.140 de 1995 e a terceira geração do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Os desaparecidos políticos são reconhecidos e mencionados: o deputado Rubens Paiva e Stuart Angel. Sequencialmente, as vítimas da guerrilha também são arroladas. O recurso visa enfatizar que havia violência dos “dois lados” e, considerando que é dito, na voz de Narloch, que a ditadura brasileira foi “uma ditadura mequetrefe” e que teríamos tido uma verdadeira tragédia se tivéssemos tido uma “ditadura comunista”, podemos considerar que nesse audiovisual se aceita o que é inegável em combinação com a distorção dos fatos. Nesse caso específico com o uso de contrafactualidade. O que poderia ter acontecido, uma ditadura ainda mais nefasta, é utilizado para justificar o que aconteceu, uma ditadura que “matou pouca gente”.

O revisionismo ideológico do *Guia Politicamente Incorreto*

Entre historiadores têm se tornado corrente uma distinção entre duas formas de

revisão, o metodológico e o ideológico. No seu texto “História do Brasil e revisões historiográficas”, Maria Helena Capelato (2016) qualifica os revisionismos mencionados acima como “revisões historiográficas acadêmicas” e revisões orientadas por “interesses de natureza diversa”. As revisões acadêmicas têm por base, aparecimento de novas fontes, mudanças de concepções e valores ocasionadas no “tempo presente” e alterações nos “paradigmas historiográficos”. O revisionismo⁴ não acadêmico é orientado por manipulações das fontes, deturpação de dados e informações e falsificações e imprecisões em relação aos acontecimentos. O privilégio de interesses ideológicos e políticos, na visão da autora, não produz nada além de uma “versão comprometida da história” (*Idem*).

Se a interpretação revisionista da Ditadura, nesse programa da *History Brasil*, vai na direção de mesclar argumentos verdadeiros com falsificações, devemos nos deter por um breve instante nestas últimas. A falsificação mais contundente talvez seja a de que “Os comunistas estavam prestes a tomar o Brasil antes de 1964”. Além de nenhum lastro com os fatos, o argumento é ilógico, uma vez que tomado o poder pelos militares, não houve nenhuma resistência. O que havia de fato entre os anos 1960 e 1970 era uma adesão dos jovens pela revolução armada, a tomada do poder por meio da violência, como Cuba era um modelo.

Outro argumento utilizado no episódio é de que “os adeptos da luta armada não defendiam a democracia”. Se trata do mesmo argumento utilizado por Elio Gaspari no segundo volume de sua famosa série de reportagens, *A ditadura escancarada* (2003), quando afirmou que em nenhum dos programas dos grupos guerrilheiros constava algo sobre a defesa da democracia, mas sim a tomada do poder como etapa de uma revolução socialista. No programa, o argumento é aventado por Marco Antônio Villa, evocando uma suposta fala “da senhora Dilma”, trazendo à tona um problema da memória das esquerdas. É significativo que o combate seja dado às esquerdas pelo viés da memória, não apenas pelo fato de que a reconstrução desta pelos próprios agentes envolvidos nos fatos ser problemática, mas, principalmente, por se tratar de alguém envolvida na guerrilha que até o ano anterior ao lançamento do programa ocupava o poder executivo federal. Nos termos de Denise Rollemberg (2019, s./p.) a natureza do problema é que:

A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora

4 Neste *Guia*, ora analisado, a característica de revisionismo ideológico também pode ser pensada em conjunto com a noção de “história abusiva” proposta por Antoon De Baets (2013). Podemos encontrar no material um direcionamento claro para minar a credibilidade da história. Especificamente “abusos que contribuem significativamente para diminuir a confiança da sociedade na produção historiográfica e em seus praticantes causam mais danos que outros” (*Ibidem*, p. 43). Exemplo cabal é a formulação de Pondé: “A esquerda mente por que nunca defendeu a democracia e os historiadores mentem por que são de esquerda”.

buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro. A construção da memória [pelas esquerdas] deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução.

A simples menção nesse episódio, então, do fato de que a esquerda armada não lutava pela democracia, menos do que ser falso, se trata de anacronismo, numa dose insuportável. A geração de jovens dos anos 1960 não tinham no horizonte a luta pela restauração da democracia, uma vez que este horizonte só se poria mais adiante nos anos 1980, um momento em que:

A experiência política de boa parte do mundo ocidental colocava a importância da democracia como forma de defesa da integridade física e moral das pessoas e garantia de seus direitos civis e políticos. As esquerdas chegavam ao final do milênio reconsiderando valores e padrões de comportamento de décadas passadas. Entre eles, a noção positiva de violência perdia terreno para a valorização da democracia e dos direitos humanos (Araújo, 2014, p. 271-272).

Nesse sentido, a luta armada contra a ditadura não foi programada como luta democrática, uma vez que o horizonte daqueles que formaram as guerrilhas tinha mais relação com a luta por uma revolução socialista. Condenar os grupos guerrilheiros como anti-democráticos pode soar muito bem aos ouvidos dos conservadores de hoje, mas se isto é feito levando-se em conta apenas os parâmetros da democracia burguesa, é no mínimo um “uso irresponsável” da história (De Baets, 2013, p. 24), uma vez que não leva em consideração as expectativas das esquerdas do período, só o horizonte que viria se constituir *a posteriori*.

O “milagre econômico”

A ideia de que o alto crescimento da década de 1970, quando o Brasil teve um “ritmo de crescimento chinês”, resultou em concentração de riqueza e não beneficiou o conjunto da sociedade como um todo também é contestada. Narloch, adepto de uma visão ultraliberal, chega a traçar um paralelo entre tal período e os dois primeiros governos Lula em que muita gente enriqueceu no Brasil. Na sua visão, quanto maior o número de milionários melhor, e o crescimento que o Brasil atingiu naquela década elevou o capitalismo a novos patamares com a política de crescimento via empréstimos externos e construção de obras de infraestrutura. Concepção de mundo rigorosamente dentro do conceito de “modernização conservadora”, que Marcelo Ridenti (2014) utiliza para interpretar o sentido de todas as políticas sociais

implementadas pela ditadura. A efervescência social pela qual a sociedade brasileira passava desde o período dos anos 1950; as demandas sociais, principalmente por terra; no plano cultural, a música e o cinema, se configuravam no anseio de que o Brasil pudesse se tornar um país moderno e ao mesmo tempo incluir as parcelas da população historicamente excluídas dos direitos, a exemplo dos trabalhadores rurais. Por esse caminho se direcionavam as Reformas de Base do governo Goulart, as quais a cada uma a Ditadura deu uma resposta no sentido da modernização conservadora (*Idem*)

A título de exemplo, a demanda por terra das Ligas Camponesas foi respondida pela ditadura não com uma Reforma Agrária, mas com uma tentativa de “povoamento” da região Norte com a construção da Rodovia Transamazônica. O objetivo era resolver uma demanda agrária criando um canal para os demandantes migrarem para uma terra supostamente inabitada. Ocorre que não se levou em conta a degradação causada pela construção inacabada nem a desagregação dos povos indígenas cujas terras estavam no caminho da rodovia. Estas e outras questões são tratadas por Jorge Bodanzky, na sua série documental *Transamazônica: Uma Estrada Para o Passado* (2019). As respostas dadas pelos militares às demandas sociais existentes antes do Golpe de 64 atendiam aos anseios de modernização da sociedade brasileira, porém a maneira como os militares a fizeram enquadrar suas políticas no escopo de uma modernização conservadora.

Que a política dos militares tenha operado no sentido de conservar as estruturas da sociedade brasileira, ainda que no “sentido contrário à globalização”, não se trata de um problema nessa linha de argumentação do *Guia*. Por outro lado, a ditadura é condenada pela violência dos porões, pelo sequestro e desaparecimento de opositores políticos, fatos cuja negação completa seria pouco afeita à concepção dita “liberal” de Narloch. O negacionismo, nesses padrões, se torna mais sofisticado.

A violência policial

Outra questão abordada como “meia verdade” diz respeito à questão da violência policial como herdeira do período da ditadura. A fala mais incisiva talvez seja a afirmação de Luiz Eduardo Soares: “A ditadura não inventou a tortura, mas a sofisticou”. Outros depoimentos enfatizam a questão de que a violência policial é dirigida essencialmente a negros e pobres e moradores das favelas, mas a questão central de qual a ligação mais íntima da violência com a política de segurança gestada no período da ditadura militar é omitida. O contraponto perfeito, pode ser dado, no âmbito do audiovisual, pelo 5º episódio, “A Guerra do Tráfico”, da série documental de Luiz Bolognesi, *Guerras do Brasil.Doc* (2019). Nesse material, o crescimento desordenado da cidade de São Paulo nos anos 1960 e o aumento da criminalidade tiveram no homicídio uma espécie de solução para os problemas sociais, com o surgimento dos primeiros esquadrões de execução sumária de criminosos. Figura emblemática nessa questão é a do delegado Sérgio Paranhos Fleury, líder do “Esquadrão da

Morte” e que atuou como delegado do DOPS a partir de 1968, levando o *modus operandi* do esquadrão para o combate ao crime político promovido pela ditadura (Bolognesi, 2019). Fleury é acusado de envolvimento em vários episódios de sequestro, tortura e assassinato na ditadura, dentre os quais os de Carlos Lamarca e Frei Tito.

Assim, a condenação da violência policial é apenas meia verdade, considerando que a política da ditadura foi responder às demandas sociais de forma conservadora. A Reforma Agrária era o principal item do programa de Goulart, e a manutenção da estrutura fundiária, pelos governos militares, apenas acirrou a imigração para os grandes centros. A mesma violência gerada para conter os efeitos das medidas políticas implementadas pelos militares passou a ser utilizada para o combate ao crime político. Os criminosos políticos foram misturados aos presos comuns, e os ensinaram a desenvolver regras para a própria sobrevivência nas prisões, o que o Estado não conseguia assegurar. Deu-se como solução para os problemas sociais o encarceramento em massa, apontado no audiovisual de (*Idem*) sem projeto de reabilitação ou garantia de dignidade e segurança dos presos.

Na interpretação construída por Bolognese, a violência utilizada na repressão dos presos políticos e o tratamento prisional desumano do sistema carcerário brasileiro destinado aos presos comuns, confluíram no aprisionamento de dois tipos de prisioneiros no mesmo espaço. Os primeiros politizaram os segundos. A organização política pode ter se convertido em saber do “crime organizado”. Assim, mais que ter “sofisticado a tortura”, a maneira como a ditadura combateu os adeptos da luta armada pode ter responsabilidade na organização do crime, que se articulou primeiro dentro e depois fora dos presídios nas cidades. Para além de um negacionismo cru da ditadura, a atribuição de algumas responsabilidades aos militares, em questões econômicas e sociais, vem em simultâneo a uma análise superficial das questões de segurança e criminalidade e a um elogio do que é considerado positivo na ditadura: livrar o Brasil do risco comunista.

Conclusão

O *Guia Politicamente Incorreto*, no seu episódio “Ditadura à brasileira”, se insere nas disputas políticas do período em que foi lançado como uma peça que legitima uma visão conservadora da sociedade brasileira de forma ambígua. Esteticamente, se caracteriza pela proposta de uma linguagem jovem e informal, um apresentador que dialoga com um público jovem, pelo excesso de entrevistas, animações gráficas, uso de legendas como mecanismo de reforço dos posicionamentos políticos ideológicos da matriz da obra à qual se presta a ser uma continuação, o livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* de Narloch.

Uma palavra-chave para interpretar a principal mensagem que o material transmite é ambiguidade. Sob o pretexto da ideia de neutralidade, a direção incluiu no rol dos entrevistados perspectivas ideológicas diferentes, porém com o uso de edição o resultado é um negacionismo sofisticado em que se aceita o que pessoas minimamente de “bom senso”

não poderiam considerar como sequer próximo da verdade. O regime militar foi, então, uma ditadura e agiu com crueldade com relação aos presos políticos, mas comparada com outras ditaduras foi “mequetrefe”. Utilizou de tortura, sequestro e ocultamento de cadáveres. Porém, salvou o Brasil da ameaça comunista, o que poderia ter nos levado a uma situação realmente trágica.

No âmbito das questões sociais, transmite a ideia que ditadura nos legou uma sociedade com graves problemas de segurança pública, imprimindo na militarização das polícias um *modus operandi* que transferiu a lógica do combate ao inimigo externo, o comunista, para o combate ao inimigo interno, o negro e o trabalhador pobre. Mas omite que a noção das políticas implementadas pelos militares operou no registro de fiar uma “modernização conservadora” da sociedade brasileira, que inchou os grandes centros, agravando enormemente os problemas sociais. Omite também que esse modelo de modernização conservadora foi partícipe de um tratamento dos problemas gerados pela desigualdade social com mais repressão. Também se defende no programa que, principalmente no governo Castelo Branco, foi implementado um sistema de cobrança de impostos muito sofisticado e que os trabalhadores conquistaram o FGTS, o que seria uma grande conquista. Mas se minimiza que os trabalhadores tenham sido aqueles que menos desfrutaram da riqueza econômica produzida pelos altos índices de crescimento econômico e que o sistema de tributação no Brasil é profundamente regressivo.

Em se tratando de questões econômicas, se condena um investimento excessivo das políticas dos governos militares em infraestrutura sem um investimento no “capital humano”, de maneira que os problemas sociais se acentuaram a cada nova geração. Mas a crítica a investimentos mal feitos “no sentido oposto ao da globalização” acaba que sendo endereçada ao programa que havia caído quando Dilma Rousseff foi retirada do poder e uma espécie de legitimação ao programa que estava sendo implementado no momento de lançamento do programa econômico de Michel Temer, a “Ponte para o futuro”. Na prática, tais medidas significaram uma contenção dos gastos sociais com saúde e educação perdendo o *status* de vinculações constitucionais, desindexação de benefícios previdenciários, reforma previdenciária, reforma trabalhista, desoneração de importações e investimentos, cortes de bolsas para pesquisas e retirada da Petrobras do regime de partilha na exploração do pré-sal. Nesse sentido, o Guia se encaixa perfeitamente no sentido de mobilizar memórias conservadoras para a articulação de um presente conservador.

Referências

Recursos Audiovisuais

ALONSO, Angela. Ciclo de Palestras 2023.1: Treze, a política de rua de Lula a Dilma - Angela Alonso. *YouTube*, 5 jun. 2023, Canal do IESP-UERJ. Disponível em: https://www.youtube.com/live/cDf9mURmA_g?si=4kukP_eb5xH4aRQw. Acesso em: 23 jan. 2024.

BODANZKY, Jorge; MACIEL, Fabiano. *Transamazônica: Uma Estrada Para o Passado*. Brasil, Ocean Filmes, 2019. Série em 6 episódios.

CASTANHARI, Felipe. NARLOCH, Leandro. Felipe Castanhari e Leandro Narloch - Morning Show - 20/10/17. *YouTube*, 20 out. 2017, Canal Morning Show - Rádio Jovem Pan. Disponível em: <https://youtu.be/tvKlQb2S74g?si=PUupa8Wq6EcvHUly>. Acesso em: 9 set. 2023.

Castanhari e o Guia Politicamente Incorreto. *YouTube*, 31 ago. 2020, Canal Quero cortes. Disponível em: <https://youtu.be/1kMIhNRjY2Q?si=QgRfkyUhybYBnnpe>. Acesso em: 13 nov. 2024.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Na Íntegra - Jeanne Marie Gagnebin – Memória*. *YouTube*, 27 jan. 2016 [2009], Canal UNIVESP. Disponível em: https://youtu.be/b_v0-t2vnWY. Acesso em: 2 jan. 2020.

RAMOS, Maria Augusta. Entre vistas – Maria Augusta Ramos. *YouTube*, 15 maio 2018, Canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/z0mSMm0L4jM?si=7YAdC-XpRbac0fp>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RIDENTI, Marcelo. 1964: Entrevistas | Marcelo Ridenti – A Ditadura que mudou o Brasil. *YouTube*, 25 mar. 2014, Canal UNIVESP (TV Cultura). Disponível em: https://youtu.be/_2_eN2du05g?si=G3Gc5kXQqWcygviS. Acesso em: 22 dez. 2020.

Ditadura à Brasileira: Guia Politicamente Incorreto. *YouTube*, [s. d.], Canal Discovery Brasil. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLAr322Yg8UkCQrg8aRip815Qlb9VDczwl&si=MCTLNVeSWXGeAn3y>. Acesso em 23 nov. 2023.

Bibliografia

BAUER, Carolina Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-

Militar em três proposições legislativas. *Estudos Históricos*, v. 37, n. 8, 2024.

BERNARDET, Jean-Claude. Novos rumos do documentário brasileiro? *VII Festival do Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte*, Filmes de Quintal, p. 24-27, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e revisões historiográficas. *Anos 90*, v. 23, n. 43, p. 21-37, 2016.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. *Revista Brasileira de História*, v. 63, n. 65, p. 17-60, 2013.

ESCOREL, Eduardo. Eduardo Morettin e Mônica Almeida Kornis entrevistam Eduardo Escorel. *ArtCultura*, v. 11, n. 18, p. 109-124, 2009.

FOLHA de São Paulo. Limites a Chávez, Opinião, *Folha de São Paulo*, 17 fev. 2009, p. A02. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: ago. 2023.

KAMEL, Ali. O que estão ensinando às nossas crianças? *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 set. 2007. Disponível em: <http://www.alikamel.com.br/artigos/que-ensinam-nossas-criancas.php>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 61-87, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, v. 9, n. 1, p. 56-70, jan.-jun. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, p. 944, jan.-jun. 2015.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

O GLOBO. Como estão as principais propostas do programa “Uma Ponte para o Futuro”. *O Globo*, 10 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/como-estao-as-principais-propostas-do-programa-uma-ponte-para-futuro-21179941>. Acesso em: 23 maio 2023.

O GLOBO. Historiadores acusam o canal History de incluir entrevistas em programa sem seu

consentimento. *O Globo*, 22 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historiadores-acusam-canal-history-de-incluir-entrevistas-em-programa-sem-seu-consentimento-21978346>. Acesso em: 16 mar. 2023.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80, p. 37-59, 2019.

PESSÔA, Samuel. As razões da nova matriz. *Folha de São Paulo*, 2 ago. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/08/1663463-as-razoes-da-nova-matriz.shtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SANTANA, Elis Saraiva; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha Magalhães. A memória da ditadura militar em disputa em vídeos e comentários no YouTube. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 304-328, 2021.

SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica: 500 anos de História malcontada*. Ensino Médio. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia – Pós-escrito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. *O Lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VENÂNCIO, Renato. O Incorreto no Guia politicamente incorreto da história do Brasil. *HH Magazine. Humanidades em rede*, 2023. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 23 jul. 2023.